



PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2018

EDITAL Nº 035/2018

A Prefeitura Municipal de Potim, por intermédio da Sra. Prefeita Municipal Érica Soler Santos Oliveira, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do **TIPO MELHOR TÉCNICA E PREÇO**, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 8.666, de 1993, e à Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como à legislação correlata e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

Data de entrega e abertura dos envelopes: 14 de setembro de 2018

Horário: 09h15min (09 horas e 15 minutos - horário local)

Endereço: Praça Miguel Correa dos Ouros, nº 101, Centro, Potim/SP

Credenciamento: Início às 09h30min

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta licitação é a Contratação de empresa para implantação do programa de capacitação de docentes da rede Educacional do Município para atuarem com alunos com deficiência, para execução, **mediante o critério de julgamento de preço unitário mais técnica**, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico e demais Anexos deste Edital.

1.2. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

1.2.1. ANEXO I - Termo de Referência;

1.2.2. ANEXO II - Termo de Apresentação da Empresa;

1.2.3. ANEXO III - Modelo de Planilha Proposta de Preços;

1.2.4. ANEXO IV - Modelo de declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

1.2.5. ANEXO V - Modelo de Declaração de Situação Regular Perante o Ministério do Trabalho;

1.2.6. ANEXO VI - Modelo de declaração de microempresa, de empresa de pequeno porte;

1.2.7. ANEXO VII - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;

1.2.8. ANEXO VIII - Minuta do Contrato.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta Licitação os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, cadastrados no **Município de Potim**, devendo os Registros Cadastrais estarem atualizados, ou ainda as que atenderem as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior a data do recebimento das propostas, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

2.2. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:



- 2.2.1.** Com falência, recuperação judicial, extrajudicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;
- 2.2.2.** Em dissolução ou em liquidação;
- 2.2.3.** Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com a Administração Pública;
- 2.2.4.** Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a União;
- 2.2.5.** Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 2.2.6.** Que estejam reunidas em consórcio;
- 2.2.7.** Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 2.2.8.** Estrangeiras que não funcionem no País;
- 2.2.9.** Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

2.4. A participação nesta TOMADA DE PREÇOS implica no reconhecimento pela licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente Edital, bem como às disposições contidas na legislação mencionada no preâmbulo, e outras, que no decorrer do contrato, venham interferir na sua execução.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O licitante, ou o seu representante, deverá, no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, apresentar-se à Comissão Permanente de Licitação para efetuar seu credenciamento como participante desta Licitação, munido da sua carteira de identidade, ou de outro documento equivalente, e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante os procedimentos relativos a este certame.

3.1.1. A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a participação do licitante no presente certame, porém impedirá o interessado de manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão, em nome do licitante.

3.2. Considera-se como representante do licitante qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto ou contrato social, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.

3.2.1. O estatuto, o contrato social ou o registro como empresário individual devem ostentar a competência do representante do licitante para representá-lo perante terceiros.

3.2.2. O instrumento de procuração público, ou particular com firma reconhecida, deve ostentar os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, devendo vir acompanhado dos documentos de constituição da empresa ou do registro como empresário individual.

3.3. Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

4. DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇOS



4.1. Cada licitante deverá apresentar três envelopes de documentos, um contendo os documentos de habilitação, um contendo a proposta técnica e o outro, a proposta de preços.

4.2. Os conjuntos de documentos relativos à habilitação, proposta técnica e proposta de preços deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

MUNICÍPIO DE POTIM
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2018
(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)
CNPJ Nº XXXX

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA TÉCNICA

MUNICÍPIO DE POTIM
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2018
(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)
CNPJ Nº XXXX

ENVELOPE Nº 03 - PROPOSTA DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE POTIM
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2018
(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)
CNPJ Nº XXXX

5. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 01)

5.1. Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

5.1.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

a. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

b. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

b.1. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

c. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.



d. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

e. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

5.1.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

b. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

d. Certidão de Regularidade de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda ou Certidão Negativa de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE 03, de 13/08/2010 ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;

e. Certidão Negativa de Débitos Mobiliários Municipal ou Certidão Positiva de Débito com efeitos de negativa;

f. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;

g. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

5.1.2.1. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

5.1.3. Relativos à Qualificação Técnica:

a. Comprovação da capacitação técnico-operacional, mediante apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, relativos à **Contratação de empresa para implantação do programa de capacitação de docentes da rede Educacional do Município para atuarem com alunos com**



deficiência, com indicação das quantidades fornecidas, devendo estas corresponderem a pelo menos (50% (cinquenta por cento) do objeto licitado, nos termos da Súmula 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

b. Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

5.1.4. Relativa à Qualificação Econômico-Financeira:

a. Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação;

a1) Poderão participar do certame os licitantes que apresentarem certidão positiva de recuperação judicial, desde que comprove, pelos documentos hábeis, que o plano de recuperação judicial foi deferido e homologado, por decisão transitada em julgado, do juízo da recuperação judicial. Elucide-se que se trata da decisão concessiva do benefício da recuperação judicial e não da decisão na qual o juízo manda processar a recuperação judicial. No caso da recuperação extrajudicial o licitante deverá comprovar que o plano de recuperação foi homologado judicialmente. A participação do licitante em recuperação judicial e extrajudicial só será permitida, nos termos do plano devidamente homologado.

b. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b.2. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

b.3. A comprovação de boa situação financeira da empresa, a que alude à alínea "a" supra, será feita de forma objetiva pela análise do balanço através do cálculo dos índices contábeis, de acordo com os critérios a seguir estabelecidos:

a) $ILC = \frac{AC}{PC} \rightarrow$ cujo resultado deveser ser \geq a **1,50**

b) $ILG = AC+RLP \rightarrow$ cujo resultado deveser ser \geq a **1,50**



PC+ELP

c)
$$\text{IEG} = \frac{\text{PC} + \text{ELP}}{\text{AT}} \rightarrow \text{cujo resultado deverá ser } \leq \text{ a } 0,50$$

b.3.1. As siglas acima se referem à:

- a) **ILC = Índice de liquidez corrente;**
- b) **ILG = Índice de liquidez geral;**
- c) **IEG = Índice de endividamento geral;**
- d) **AC = Ativo Circulante;**
- e) **PC = Passivo Circulante;**
- f) **RLP = Realizável a Longo Prazo;**
- g) **ELP = Exigível a Longo Prazo;**
- h) **AT = Ativo Total.**

b.4. Estes índices deverão estar demonstrados em folha a parte, em números inteiros e de até 2 (duas) casas decimais após a vírgula, em papel timbrado do licitante, com assinatura de profissional competente que possua registro no CRC – Conselho Regional de Contabilidade, em conjunto com o representante legal da empresa.

b.5. Prova de ter a empresa capital social registrado na Junta Comercial ou no órgão competente, na data da apresentação da proposta, **igual ou superior a R\$ 14.203,33 (quatorze mil duzentos e três reais e trinta e três centavos), correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação,** conforme dispõe o artigo 31, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.1.5. Documentos complementares:

a. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (artigo 32, §2º, da Lei nº 8.666, de 1993).

b. Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002, conforme modelo anexo a este Edital.



5.1.6. O licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.

5.2. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração (desde que o sejam feitos em até 02 dias da data de abertura da sessão), ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

5.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos exigidos neste Edital e seus Anexos.

6. DA PROPOSTA TÉCNICA (ENVELOPE Nº 02)

6.1. O Envelope Nº 2 – Proposta Técnica deverá ser apresentada no local, dia e hora determinados, devidamente lacrado e rubricado no fecho, e conter o material didático do aluno e do professor, incluindo os materiais complementares e manuais do professor, de pelo menos um semestre, de todas as disciplinas. Além da proposta pedagógica completa do material anual.

6.2. Os critérios de análise do programa de contratação de empresa para implantação do programa de capacitação de docentes da rede Educacional do Município para atuarem com alunos com deficiência, são referentes a documentação dos profissionais responsáveis pela realização das formações; da metodologia do curso e de seu conteúdo, assim como, do material de apoio fornecido aos professores. Estes itens serão analisados por uma Comissão Especial, nomeada através de Portaria, designada especificamente para este fim, a qual considerará na sua análise os itens seguintes, pontuando-os de acordo com a sua especificidade e requisitos pedagógicos:

7. DOCUMENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS PELA REALIZAÇÃO DAS FORMAÇÕES	CONCEITOS - PONTUAÇÃO	
ELEMENTOS DA ANÁLISE	INSUFICIENTE - 0,00	EXCELENTE - 10,00
01 – APRESENTAR DIPLOMA AUTENTICADO DE GRADUAÇÃO UNIVERSITÁRIA DOS PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS POR MINISTRAREM OS CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO.		
02 – COMPROVAR FORMAÇÃO ACADÊMICA / TRATAR DAS DEFICIÊNCIAS FÍSICA, INTELECTUAL, VISUAL, AUDITIVA, TGD – TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO (AUTISMO) E ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.		
03 – COMPROVAR FORMAÇÃO ACADÊMICA COM ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.		
04 – COMPROVAR PROFICIÊNCIA CURRICULAR DO FORMADOR NO CONTEÚDO DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA, NA ÁREA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.		
05 – APRESENTAR PLANEJAMENTO PEDAGÓ-		



PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIM

GICO/GRADE DE HORÁRIOS CONTENDO OS TEMAS E OS PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS POR MINISTRAR OS CONTEÚDOS DA FORMAÇÃO.		
06 – APRESENTAR CURRÍCULO PROFISSIONAL ONTUANDO AQUELE QUE TEM NO MÍNIMO 3 ANOS DE EXPERIÊNCIA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.		
TOTAL		

DA METODOLOGIA DO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	CONCEITOS - PONTUAÇÃO				
ELEMENTOS DA ANÁLISE	INSUFICIENTE	REGULAR	BOM	MUITO BOM	EXCELENTE
	0,00	5,50	7,50	9,00	10,0
1 – O CURSO DE FORMAÇÃO É COMPOSTO POR AULAS PRÁTICAS NOS CONTEÚDOS REFERENTES AS DEFICIÊNCIAS FÍSICA, INTELLECTUAL, AUDITIVA, VISUAL, TGD - TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO (AUTISMO) E ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO E AULAS TEÓRICAS, AMBAS A SEREM MINISTRADAS PRESENCIALMENTE.					
2 – O CURSO DE FORMAÇÃO PROPOSTA ESTÁ DIVIDIDO POR TEMAS, OUMÓDULOS, CONTEMPLANDO AS DEFICIÊNCIAS FÍSICA, INTELLECTUAL, VISUAL E AUDITI-VA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCA-ÇÃO ESPECIAL.					
3 - O CURSO DE FORMAÇÃO CONTEMPLA AS AULAS TEÓRICAS C/ MATERIAL DE APOIO E AS AULAS PRÁTICAS COM OBJETOS E JOGOS.					
TOTAL					

DO CONTEÚDO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	CONCEITOS - PONTUAÇÃO				
ELEMENTOS DA ANÁLISE	INSUFICIENTE	REGULAR	BOM	MUITO BOM	EXCELENTE
	0,00	5,50	7,50	9,00	10,0
1 – O CURSO DE FORMAÇÃO CONTÉM CONTEÚDO ABORDANDO OS TEMAS DA DEFICIÊNCIA FÍSICA, MENTAL, AUDITIVA, INTELLECTUAL, SURDO CEGUEIRA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO, AUTISMO, ALTAS HABILIDADES, SUPERDOTAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.					
2 – O CURSO DE FORMAÇÃO APRESENTA CONTEÚDO REFERENTE A TECNOLOGIA ASSISTIVA – TA – ENGLOBANDO SERVIÇOS, RECURSOS PEDAGÓGICOS, SISTEMA BRAILE E LIBRAS.					
3 – O CURSO DE FORMAÇÃO, NO CONTEÚDO REFERENTE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO NOS MUNICÍPIOS, CONTEMPLA OS TE-					



PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIM

MAS REFERENTES A LEGISLAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL, O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E AS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.					
4 – O CURSO DE FORMAÇÃO, NO CONTEÚDO REFERENTE A DEFICIÊNCIA VISUAL, CONTEMPLA AS DIFERENTES ALTERAÇÕES QUE ENGLOBALA A DEFICIÊNCIA VISUAL, PROPÕEM EXERCÍCIOS PRÁTICOS PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL, ANALISA AS CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A CEGUEIRA E AS SUAS IMPLICAÇÕES.					
5 – O CURSO DE FORMAÇÃO, NO CONTEÚDO REFERENTE A DEFICIÊNCIA AUDITIVA, APRESENTA AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DE ALUNOS QUE APRESENTAM DEFICIÊNCIA AUDITIVA, CONTEMPLA EXERCÍCIOS PRÁTICOS, ENSINA A ELABORAR PRANCHA TEMÁTICA, E ALFABETO EM LIBRAS.					
6 – O CURSO DE FORMAÇÃO, NO CONTEÚDO REFERENTE A DEFICIÊNCIA FÍSICA, SUBSIDIA GESTORES E PROFESSORES SOBRE TECNOLOGIA ASSISTIVA, PROPÕEM ADAPTAÇÕES DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS, TRATA SOBRE A PARALISIA CEREBRAL.					
7 – O CURSO DE FORMAÇÃO, NO CONTEÚDO REFERENTE A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, ORIENTA AS AÇÕES DOS PROFESSORES DO AEE A TRATAR DESTES TEMA, ASSIM COMO O PROFESSOR REGULAR EM SALA DE AULA, E A ANALISAR AS DIFICULDADES E DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM, ABORDA A QUESTÃO DO AUTISMO, DA SÍNDROME DE DOWN; SUBSIDIA O PROFESSOR A RECONHECER O PERFIL DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES, TRANSTORNOS DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE.					
9 – O CURSO DE FORMAÇÃO, NO CONTEÚDO REFERENTE AO SISTEMA SENSORIAL, EXPLÍCITA TAIS DEFICIÊNCIA E MANEIRAS COMPORTAMENTAIS, ANALISA OS SISTEMAS SENSORIAIS E SUAS RELAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO GLOBAL DA CRIANÇA.					
10 – O CURSO DE FORMAÇÃO, NO CONTEÚDO REFERENTE AOS TRANSTORNOS DO COMPORTAMENTO: TDHA, CONTEMPLA AS CAUSAS E CARACTERÍSTICAS PARA DIAGNÓSTICO DO TDAH, E INCLUI SEUS TIPOS E FREQUÊNCIAS, TRATA DAS OPÇÕES DE TRATAMENTO DO TDAH E SUAS IMPLICAÇÕES NA ESCOLA.					
TOTAL					



PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIM

MATERIAL DE APOIO FORNECIDO AOS PROFESSORES	CONCEITOS - PONTUAÇÃO				
	INSUFICIENTE 0,00	REGULAR 5,50	BOM 7,50	MUITO BOM 9,00	EXCELENTE 10,0
1 – O CONTEÚDO DO MATERIAL PEDAGÓGICO IMPRESSO DISCORRE SOBRE AS DEFICIÊNCIAS FÍSICA, INTELECTUAL, VISUAL E AUDITIVA, E DÃO EXEMPLOS DE PRÁTICAS EDUCACIONAIS QUE PODEM SER UTILIZADAS EM SALA DE AULA.					
2 – O CONTEÚDO DO MATERIAL PEDAGÓGICO IMPRESSO DISCORRE SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.					
3 – O MATERIAL PEDAGÓGICO IMPRESSO ATENDE A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.					
4 – O MATERIAL PEDAGÓGICO IMPRESSO CONTEMPLA AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E ATENDE A PRÁTICA ESCOLAR NA SALA REGULAR					
6 – O MATERIAL PEDAGÓGICO IMPRESSO REFERENTE AS DEFICIÊNCIAS: FÍSICA, INTELECTUAL, AUDITIVA, VISUAL, TGD – TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO (AUTISMO) E ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO ATENDE AO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS PROFESSORES EM AEE E PROFESSORES REGULARES NA PRÁTICA EDUCACIONAL DOS ALUNOS NAS SUAS RESPECTIVAS DEFICIÊNCIAS, C/ CONTEÚDOS PRÁTICOS E TEÓRICOS.					
7 – O MATERIAL PEDAGÓGICO IMPRESSO CONTEMPLA A PRÁTICA ESCOLAR INCLUSIVA E A COOPERAÇÃO, É MEDIADOR DE CONTEÚDO ENTRE O ENSINAR E AS POSSIBILIDADES EDUCACIONAIS.					
8 – O MATERIAL PEDAGÓGICO IMPRESSO CONTEMPLA SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM DE CARÁTER COLETIVO EXPLORANDO JOGOS E BRINCADEIRAS					
9 – O MATERIAL PEDAGÓGICO IMPRESSO É DE FÁCIL MANUSEIO PELO PROFESSOR REGULAR E PELO PROFESSOR EM AEE, TEM QUALIDADE GRÁFICA E DISPOSIÇÃO ADEQUADA DE SEU CONTEÚDO.					
10 – O MATERIAL PEDAGÓGICO IMPRESSO APRESENTA INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS.					
11 – O MATERIAL PEDAGÓGICO IMPRESSO TEM QUALIDADE GRÁFICA, ENCADERNADO, REVISADO E DIAGRAMADO.					
12 – O MATERIAL PEDAGÓGICO DAS AULAS PRÁTICAS CONTEMPLA A DEFICIÊNCIA VISUAL, AUDITIVA, FÍSICA E INTELECTUAL.					



PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIM

13 – O MATERIAL PEDAGÓGICO DAS AULAS PRÁTICAS NA DEFICIÊNCIA VISUAL CONTEMPLA A ALFABETIZAÇÃO E O BRAILE, A SONORIZAÇÃO E A TEXTURA COM VARIADA.					
14 – O MATERIAL PEDAGÓGICO DAS AULAS PRÁTICAS NA DEFICIÊNCIA VISUAL EXPLO-RA A MATEMÁTICA ATRAVÉS DA FRAÇÃO, NÚMEROS EM BRAILE, USO DO SOROBAN OU ÁBACO.					
15 – O MATERIAL PEDAGÓGICO DAS AULAS PRÁTICAS NA DEFICIÊNCIA AUDITIVA CON-TEMPLA O ALFABETO EM LIBRAS E CARTÔ-ES DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA PARA SEREM UTILIZADOS POR AUTISTAS.					
16 – O MATERIAL PEDAGÓGICO DAS AULAS PRÁTICAS NA DEFICIÊNCIA FÍSICA CONTEM-PLA A PERCEPÇÃO, POR MEIO DE JOGOS, UTI-LIZA FIGURA E PALAVRAS, POR QUEBRA CA-BEÇA, PRANCHA E CARTÕES DE COMUNICA-ÇÃO.					
17 – O MATERIAL PEDAGÓGICO DAS AULAS PRÁTICAS NA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL UTILIZA DE LETRAS, FRASES, FIGURAS POR MEIO DE QUEBRA-CABEÇA.					
18 – O MATERIAL PEDAGÓGICO DAS AULAS PRÁTICAS NA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL U-TILIZA ALFABETO ILUSTRADO, ALFABETO MÓVEL, DOMINÓ DE SÍLABAS.					
TOTAL					

7.1.1. Será desclassificada a proposta técnica que atingir pontuação inferior a 70 (setenta) pontos, equivalente a 50% (cinquenta por cento) da máxima pontuação técnica possível.

7.1.2. Será desclassificada a proposta técnica que não apresentar o material em consonância à ortografia vigente (nova ortografia).

7.1.3. A análise da Proposta Técnica dos licitantes será realizada pela Comissão Especial, que terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para divulgar o resultado.

7.1.4. Os membros da Comissão Especial analisarão em conjunto cada amostra e indicarão a pontuação de acordo com os elementos contidos neste edital.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 03)

8.1. A proposta, emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, deverá conter:



8.1.1. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Termo de Referência;

8.1.2. Preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao Edital;

8.1.2.1. Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

8.1.3. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame.

8.2. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

8.2.1. Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

8.2.2. As alterações de que trata este subitem serão submetidas à apreciação da Comissão, com a devida anuência de todos os licitantes.

8.3. Não será aceita reclamação posterior relativamente às propostas, sem que tenha sido devidamente registrada em ata, salvo se prevista em lei.

8.4. O prazo do contrato será de **06 (seis) meses** corridos, a contar da data da expedição da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes, nos termos da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações.

8.5. Declaração de que observará rigorosamente as recomendações e instruções do Município, assumindo integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, e que os serviços serão executados no prazo estabelecido.

8.6. Indicação do prazo de início da operação dos serviços, que será de, no máximo, 30 (trinta) dias, após a assinatura do contrato.



8.7. Nome completo, número do RG e CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço residencial do representante legal da proponente, para eventual assinatura do respectivo contrato, ou outro instrumento que o substitua na forma da lei.

8.8. Dados da conta bancária da empresa para futuros pagamentos, no caso de contratação.

8.9. O licitante deverá apresentar, como documento anexo a proposta, Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de que trata a Instrução Normativa nº 2, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme modelo anexo ao Edital, sob pena de desclassificação da proposta.

Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

9. DAS DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

9.1. As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, e no Decreto nº 6.204, de 2007, deverão apresentar a respectiva declaração, conforme modelo anexo ao Edital, separadamente dos Envelopes de nº 01 e de nº 02.

9.1.1. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.

9.1.2. Como condição para a aplicação do tratamento diferenciado, a Comissão poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), seção "Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)", para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela ME/EPP, no exercício anterior, extrapola o limite de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

9.1.2.1. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.1.2.2. Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolação do limite legal, a Comissão indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, sem prejuízo das penalidades incidentes.



10. DO PROCEDIMENTO DE ABERTURA DOS ENVELOPES

10.1. No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença dos licitantes, a Comissão Permanente de Licitação receberá, de uma só vez, os Envelopes nº 01, nº 02 e nº 03, bem como as declarações complementares, e procederá à abertura da licitação.

10.1.1. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, **não sendo permitida a intercomunicação entre eles**, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

10.2. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.

10.3. A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação.

10.3.1. O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes, e consultado o SICAF, se for o caso.

10.4. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.4.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.4.2. Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.5. Não ocorrendo inabilitação, a documentação de habilitação dos licitantes então será verificada, conforme item próprio deste Edital.

11. DO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO



11.1. Os envelopes de habilitação serão abertos pelo Presidente e todas as folhas serão rubricadas por este, pelos membros da Comissão e os representantes credenciados das licitantes que assim o desejarem.

11.2. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de Regularidade Fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.3. Havendo alguma restrição na comprovação da Regularidade Fiscal da Micro-Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período à critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento de débitos e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

11.4. Após a análise dos documentos pelos presentes, a critério da Comissão, os trabalhos poderão ser encerrados para posterior exame, em razão da sua complexidade, cujo resultado de habilitação/inabilitação será publicado no Diário Oficial do Estado.

11.5. Será considerado inabilitado o licitante que:

11.5.1. Não apresentar os documentos exigidos neste Edital no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

11.5.2. Incluir a proposta de preços no Envelope nº 01.

11.6. A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

11.7. Após a publicação do resultado do julgamento dos documentos de habilitação, as licitantes terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, conforme o estabelecido no artigo 109 da Lei 8.666/93.

11.8. Decorridos todos os prazos de recursos, a Comissão Julgadora de Licitação marcará a data, hora e local para abertura dos Envelopes 2 – Proposta Comercial, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

11.9. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.

11.10. Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.



12. DA ANÁLISE DO ENVELOPE 2 – PROPOSTA TÉCNICA

12.1. Na abertura dos Envelopes nº 2 – Proposta Técnica, mesmo que não estejam presentes os prepostos das licitantes, a sessão não será suspensa.

12.2. Após a abertura do Envelope nº 2 – Proposta Técnica o Presidente da Comissão Julgadora de Licitação suspenderá a sessão para que o material seja analisado pela Comissão Especial, nomeada através de Portaria, designada especificamente para este fim.

12.3. Se a proposta técnica não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, será considerado o proponente desclassificado.

12.4. O julgamento da Proposta Técnica será efetuado da seguinte forma:

12.4.1. O índice técnico (IT) será obtido mediante divisão da pontuação técnica de cada proposta pela pontuação da proposta que obteve a maior pontuação (MPT) conforme a seguinte fórmula, utilizando-se duas casas decimais e desprezando-se a fração remanescente:

$$IT = \frac{PT}{MPT}$$

12.4.2. Onde:

IT = índice técnico;
PT = pontuação técnica;
MPT = maior pontuação técnica.

12.5. Será de 05 (cinco) dias úteis o prazo para a formalização de recursos, contados a partir da publicação do resultado de classificação no Diário Oficial do Estado, em conformidade com o estabelecido no artigo 109 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

13. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

13.1. O critério de julgamento será o de menor preço **GLOBAL**.

13.1.1. Para o julgamento das propostas, a Comissão poderá utilizar-se de assessoramento técnico específico na área de competência cabível, através de parecer que integrará o processo.

13.2. Na abertura dos Envelopes nº 3 – Proposta Comercial, mesmo que não estejam presentes os prepostos das licitantes, a sessão não será suspensa.

13.3. Todas as folhas serão rubricadas pelos membros da Comissão Julgadora de Licitação, ficando à disposição dos representantes para o mesmo procedimento.

13.4. Após a abertura, conferência e devidas rubricas dos conteúdos dos envelopes nº 03, a Comissão de Licitação analisará as Propostas Comerciais dos licitantes habilitados e como resultado será atribuído um Índice de Preços (IP), conforme definido abaixo:



13.4.1. O Índice de Preços (IP) será calculado dividindo-se o menor preço apresentado, pelo preço de cada proposta analisada, e obtido mediante a seguinte fórmula, utilizando-se duas casas decimais e desprezando-se a fração remanescente:

$$IP = \frac{MPP}{P}$$

13.4.2. Onde:

IP = índice de preço da licitante;
MPP = menor preço proposto;
P = preço proposto pela licitante

13.5. Será desclassificada a proposta do licitante que não apresentar a **Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, conforme modelo **ANEXO VII** ao edital.

13.6. Também será desclassificada a proposta que:

13.6.1. Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

13.6.2. Estiver em desacordo com qualquer das exigências do presente Edital;

13.6.3. Não apresentar as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

13.6.4. Contiver oferta de vantagem não prevista no Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;

13.6.5. Apresentar preços unitários ou preço global superiores àqueles constantes da Planilha Orçamentária elaborada pelo órgão licitante;

13.6.6. Apresentar preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

13.6.7. Apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;

13.6.7.1. Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global proposto seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

a. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou

b. Valor orçado pela Administração.



13.6.7.2. Nessa situação, será facultado ao licitante o prazo de **02 (duas) horas** para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.

13.6.8. Contenha prazo de validade de proposta inferior a 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da abertura do envelope nº 03.

13.7. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.8. Após a eventual desclassificação das propostas que não atenderem às exigências dos itens acima, as demais propostas serão classificadas em ordem crescente dos preços propostos.

13.9. A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

13.10. Será de 05 (cinco) dias úteis o prazo para a formalização de recursos, contados a partir da publicação do resultado de classificação no Diário Oficial do Estado, em conformidade com o estabelecido no artigo 109 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

13.11. Se todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar às proponentes o prazo de oito dias úteis para reapresentação de outras, escoimadas das causas que ensejaram a desclassificação.

14. DA AVALIAÇÃO FINAL

14.1. Para a avaliação final, serão considerados na análise e julgamento final os fatores de ponderação:

- a) TÉCNICA: 7 (sete);
- b) PREÇO: 3 (três).

14.2. A Comissão Julgadora de Licitação fará a Avaliação Final de Técnica e Preço (A) de cada proposta conforme os resultados obtidos, mediante a aplicação da seguinte fórmula, utilizando-se duas casas decimais e desprezando-se a fração remanescente:

$$A = (IT \times 7) + (IP \times 3)$$

14.2.1. Onde:

A = avaliação final;
IT = índice técnico;
IP = índice preço.

14.3. Verificada absoluta igualdade entre duas ou mais propostas do índice de avaliação e, após obedecido o disposto no § 2º, Art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a classificação se fará obrigatoriamente por sorteio, em ato público para o qual todas as licitantes



serão convocadas, vedado qualquer outro processo. (Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações, parágrafo 2º, art. 45).

14.4. Classificadas as propostas, caso a melhor avaliação final não seja de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na hipótese de sua participação, estas farão jus ao tratamento diferenciado, ocasião em que será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007:

14.4.1. A Comissão verificará as propostas classificadas ofertadas por licitantes ME/EPP que sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta classificada em primeiro lugar, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP.

14.4.2. As propostas que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP melhor classificado será notificado para, se desejar, apresentar uma nova proposta de preço para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada.

14.4.2.1. A nova proposta de preço deverá ser apresentada de acordo com as regras deste Edital, em sessão pública, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados da data da Ata ou da intimação do licitante.

14.4.3. Caso a ME/EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, ou não apresente proposta válida, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP participantes que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido nos subitens anteriores.

14.4.4. Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP empatadas, no referido intervalo de 10% (dez por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitens acima.

14.4.5. Havendo êxito no procedimento, e sendo considerada válida a nova proposta apresentada, a ME/EPP assumirá a posição de primeira colocada do certame. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP, ou ainda não existindo ME/EPP participante, permanecerá a classificação inicial.

14.5. Na hipótese de nenhuma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte exercer o direito de preferência, ou não atender as exigências do Edital, será adjudicado o objeto à empresa não enquadrada como Micro-Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, que apresentou a melhor avaliação final.

14.6. Será de 05 (cinco) dias úteis o prazo para a formalização de recursos, contados a partir da publicação do resultado de classificação no Diário Oficial do Estado, em conformidade com o estabelecido no artigo 109 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

14.7. Se todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar às proponentes o prazo de oito dias úteis para reapresentação de outras, escoimadas das causas que ensejaram a desclassificação.



15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. Somente serão aceitos os recursos previstos na Lei 8.666/93, os quais deverão ser protocolados, tempestivamente, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Potim, dirigidos ao Senhor Prefeito Municipal, por intermédio da Comissão Julgadora de Licitação.

15.2. Os recursos deverão observar os seguintes requisitos:

- a) Datilografados ou digitados e devidamente fundamentados;
- b) Assinados por representantes legais do licitante;
- c) Acompanhados de Procuração ou Contrato Social dando poderes ao signatário;
- d) Protocolados no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Potim.

15.3. Os recursos interpostos fora do prazo e com rito diferente do mencionado nas alíneas 'a', 'b', 'c' e 'd' acima não serão conhecidos.

15.4. Na contagem dos prazos recursais excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o dia do vencimento. Se este cair em dia sem expediente no órgão administrativo, o término ocorrerá no primeiro dia útil subsequente.

15.5. O processo permanecerá com vista franqueada aos interessados no seguinte endereço: Praça Miguel Correa dos Ouros, nº 101, Centro, Potim/SP, Setor de Licitações.

16. ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

16.1. Após o regular decurso da fase recursal, o processo licitatório será submetido à autoridade competente para que se proceda à devida homologação e consequente adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor.

17. DO CONTRATO

17.1. Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o prazo de **05 (CINCO) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no **prazo de 05 (CINCO) dias**, a contar da data de seu recebimento.

17.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

17.2. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para



fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista neste Edital.

17.3. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.4. Correrão por conta da Contratada quaisquer despesas que incidirem ou venham a incidir sobre o Contrato.

18. DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

18.1. Nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.1.1. O conjunto de acréscimos e o conjunto de supressões serão calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração acima estabelecidos.

19. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

19.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

20. DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

21. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

21.1. O prazo de vigência do Contrato será de **06 (seis) meses**, a partir da data da assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses elencadas no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

21.1.1. O prazo de fornecimento terá início a partir da data de emissão da Ordem de Serviço ou documento equivalente.

22. DO PREÇO

22.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

22.1.1. Caso o contrato esteja em vigor depois de transcorrido um ano da data limite para apresentação das propostas, será admitido o reajuste do preço, desde que solicitado pela contratada, aplicando-se o índice IGPM.



18.1. O preço do contrato poderá ser reajustado, desde que solicitado, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para apresentação da proposta.

18.1.1. O índice de reajuste será o **IGPM**

23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

23.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e na minuta do Contrato, bem como neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada.

24. DO PAGAMENTO

24.1. Os pagamentos serão divididos em **06 (seis) parcelas iguais e mensais**, no qual deverão ser executados de acordo com a implantação do programa de capacitação, mediante as seguintes condições:

24.2. O prazo para pagamento será de até **30 (TRINTA) dias**, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada.

24.2.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

24.3. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos neste Edital.

24.3.1. O "atesto" da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da **Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com relatório dos serviços efetivamente executados**, bem como às seguintes comprovações, que deverão obrigatoriamente acompanhá-la:

a. Do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social, através da Certidão Negativa de Tributos Federais e Dívida Ativa da União), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, quanto aos empregados diretamente vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;

b. Da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 29 da Lei nº 8.666, de 1993; e

c. Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.



24.4. Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

24.5. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta on line ao SICAF e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

24.5.1. Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o fornecimento tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

24.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei nº 8.212, de 1991.

24.6.1. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

24.6.2. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

24.7. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

24.8. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

24.9. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

24.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:



PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIM

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

25. DA FISCALIZAÇÃO

25.1. A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei nº 8.666, de 1993, conforme detalhado no Termo de Referência.

25.1.1. O representante da Contratante deverá ser profissional habilitado e com a experiência técnica necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

25.2. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da Contratada e nem confere à Contratante responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

25.3. A Contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente Edital e seus Anexos e com o contrato.

25.4. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da Contratante encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito.

26. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

26.1. A avaliação/recebimento dos serviços/itens pelo Município dar-se-á na forma do § 3º, do art. 73, da Lei nº 8.666/93:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto nos termos contratuais, observando o disposto no artigo 69 da Lei nº 8.666/93.

26.2. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.



26.3. O objeto da presente licitação, em cada uma de suas parcelas, será recebido provisoriamente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recepção pela Administração do relatório de execução dos serviços do mês acompanhado da nota fiscal/fatura representativa da prestação dos serviços.

26.4. Havendo rejeição dos serviços prestados, no todo ou em parte, a contratada deverá substituí-los no prazo estabelecido pela Administração, observando as condições estabelecidas para o fornecimento.

26.5. Na impossibilidade de serem trocados, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

26.6. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório, ou da data de conclusão das trocas efetuadas com base no disposto no subitem 26.4 deste Edital, uma vez verificada a execução satisfatória dos serviços, mediante termo de recebimento definitivo, ou recibo, firmado pelo servidor responsável.

26.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

27. DA RESCISÃO DO CONTRATO

27.1. As hipóteses de rescisão do ajuste, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas no instrumento de Contrato, nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

28. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

28.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Reserva nº 34/2018

02.04.00 – Diretoria de Educação;

02.04.01 – Setor de Ensino Fundamental

12.361.0010.2012 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental;

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Ficha 95;

Fonte de Recurso: 05 – Transferências e Convênios Federais – Vinculados.

28.2. Caso a vigência do contrato ultrapasse o exercício financeiro, as despesas do exercício subsequente correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento.

29. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

29.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada, após regular processo administrativo, à penalidade de:



a. Multa moratória de até 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 15 (quinze) dias.

29.1.1. A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

29.2. A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, quando o atraso na entrega do produto ultrapassar 15 dias da data que deveria ser entregue o objeto;

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Potim pelo prazo de até dois anos;

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

29.2.1. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

29.2.2. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

29.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

29.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

29.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

29.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

29.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.



29.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

29.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

29.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 (TRINTA) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

29.7. As penalidades poderão ser registradas no SICAF.

29.8. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

30. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1. Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Comissão responsável pela presente licitação, em até 05 (cinco) dias consecutivos anteriores à data de abertura do certame.

30.1.1. As dúvidas serão consolidadas e respondidas, por escrito, após esgotado o prazo de consulta, por meio de circular afixada em mural na sede da Comissão e encaminhada a todos os interessados que tenham informado seu endereço eletrônico, cabendo àqueles que por qualquer motivo não tenham recebido as informações no prazo estipulado o dever, no resguardo de seus interesses, de inteirar-se sobre o teor do documento.

30.2. As disposições deste Edital poderão ser objeto de impugnação, por violarem disposições legais, especialmente da Lei nº 8.666, de 1993, nos seguintes termos:

30.2.1. Por parte de qualquer cidadão, desde que protocole o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, cabendo à Administração responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis;

30.2.2. Por parte do licitante, desde que protocole o pedido até o segundo dia útil que anteceder a data de abertura dos envelopes de habilitação; do contrário, a comunicação não terá o efeito de recurso.

30.2.2.1. A impugnação tempestiva não impede o licitante de participar da licitação até o trânsito em julgado da decisão correspondente.

30.3. Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente o Edital e seus Anexos, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto desta licitação.



30.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

30.5. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

30.6. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

30.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão em contrário.

30.8. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

30.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

30.10. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

30.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

30.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

30.13. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

30.14. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

30.15. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no órgão, situado no endereço Praça Miguel Correa dos Ouros, nº 101, Centro, Potim/SP, Prefeitura Municipal, Setor de Licitações, nos dias úteis, no horário **das 08 horas às 16:30 horas**.

30.15.1. O Edital também está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.potim.sp.gov.br.



PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIM

30.16. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço: Praça Miguel Correa dos Ouros, nº 101, Centro, Potim/SP, Prefeitura Municipal, Setor de Compras e Licitações, nos dias úteis, no horário **das 08 horas às 16:30 horas**.

30.17. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

30.18. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei nº 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

30.19. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Seção Judiciária da Comarca de Aparecida / SP, com exclusão de qualquer outro.

Potim, 14 de agosto de 2018.

Érica Soler Santos de Oliveira
Prefeita Municipal



ANEXO I

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2018

EDITAL Nº 035/2018

TERMO DE REFERÊNCIA

CURSO DE CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAREM COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA.

1. DO OBJETO

Contratação de empresa para implantação do programa de capacitação de docentes da rede Educacional do Município para atuarem com alunos com deficiência.

2. JUSTIFICATIVA

A Constituição brasileira de 1988 prevê o pleno desenvolvimento dos cidadãos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; garante o direito à escola para todos; e coloca como princípio para a Educação o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. ”

No que tange a criança deficiente, a LEI Nº 7.853/89 define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado. A pena para o infrator pode variar de um a quatro anos de prisão, mais multa. No mais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/ Lei 8.069/1990) reforça em seu artigo 55º os dispositivos relativos à matrícula obrigatória de alunos na rede pública de ensino como dever dos pais ou responsáveis.

Há duas décadas, o nosso ensino procura se ajustar aos preceitos de uma Escola para Todos, democrática e de qualidade. Nos últimos anos tem havido um movimento mais intenso no sentido de se repensar a escola comum na perspectiva da inclusão. A Declaração de Salamanca – 1994 – que o Brasil assinou -, devem receber atendimento especializado as crianças excluídas da escola por motivos como trabalho infantil e abuso sexual.



*A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei 94.92/1996), embora tenha propiciado controvérsias entre a integração de alunos e salas especiais o debate superou essa lacuna ao dirimir o equívoco referente à integração do aluno, e não à integração do atendimento especializado nas classes comuns do ensino regular; esclarecem as educadoras Maria Teresa Mantoan e Maria Terezinha da C.T. dos Santos. E o Decreto nº 6.571/2008 contempla alunos matriculados em classe comum de ensino regular público que tiverem matrícula concomitantemente no AEE. Na sequência, os artigos 9º e 10º definem que “a elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, **em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social (...)**” e, conclui: o “Projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE (...)”.*

O acesso a Educação é, portanto, um direito humano e privar pessoas em idade escolar dele, mantendo-as unicamente em escolas ou classes especiais, ferem os princípios constitucionais e não favorece ao pleno desenvolvimento e a realização humana. No entanto, inserir na escola comum alunos com problemas de toda ordem, sejam esses permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos, nada mais é do que garantir o direito de todos à educação. A inclusão é uma inovação que requer espaço para o diálogo e o confronto das perspectivas em prol de uma sociedade justa e igualitária.

Faz parte das funções pedagógicas do professor de AEE apoiar o desenvolvimento do aluno com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades; disponibilizar o ensino de linguagens e de códigos específicos de comunicação e sinalização; oferecer Tecnologia Assistiva – TA -. Seus professores produzem materiais didáticos e pedagógicos e fazem adequações aos mesmos, tendo em vista as necessidades específicas dos alunos. É, portanto, necessário que o professor do AEE esteja ciente de que não abordará os problemas de seus alunos do ponto de vista clínico/e ou escolar, mas que o conhecimento é importante para organizar um plano específico de trabalho de AEE para seu aluno. É na escola que esse aluno está sendo formado para a vida pública e é uma oportunidade para que os alunos aprendam a conviver um com os outros, no confronto com as diferenças.

No entanto essa tarefa não é unicamente do professor em AEE, é uma função de todos para com todos. Cabe a Escola dar início a essa prática inclusiva, e é dever do poder público cuidar da formação de seus educadores para nela atuarem. É de fundamental importância o preparo dos educadores para tratarem o tema, como também é preciso conhecer para participar de sua implantação na Escola.



Ao conhecer e discutir as políticas de inclusão de alunos com deficiência e/ou transtornos mentais o gestor, o professor de sala de aula regular, o especialista educacional, coordenadores e pais entram em contato com a inovação em AEE, e com a sua disponibilização nas redes de ensino. Para garantir que todos os alunos sejam bem-vindos à escola e que as políticas educacionais estejam presentes, a equipe escolar não pode se isolar, fazendo de sua sala de aula um mundo à parte.

A prática escolar inclusiva provoca necessariamente a cooperação entre todos os alunos e o reconhecimento de que ensinar uma turma é, na verdade, trabalhar com um grande grupo e com todas as possibilidades. Para conseguir trabalhar dentro de uma proposta educacional inclusiva, o professor da educação regular precisa contar com o respaldo de uma direção escolar e de especialistas (orientadores, supervisores educacionais e outros), que adotam um modo de gestão escolar, verdadeiramente participativa e descentralizada. A receptividade à inovação anima a escola a criar e a ter liberdade para experimentar alternativas de ensino. Todo esse processo é realizado coletivamente e individualmente.

A capacitação de professores é um aspecto que merece ênfase, quando se aborda a inclusão. Muitos professores sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber alunos deficientes na sala de aula. Fica evidente a necessidade de oferecer oportunidade de capacitação aos profissionais da educação. Acredita-se que a capacitação docente e a busca da qualidade do ensino para essas crianças, pelo menos, ensejam dois tipos de capacitação profissional: a primeira é a dos professores do ensino regular que conte com o conhecimento mínimo exigido, uma vez que há a possibilidade de lidarem com alunos com “necessidades educativas especiais”; a segunda é a de professores especialistas nas variadas “necessidades educativas especiais” que possam atender diretamente os discentes com tais necessidades e/ou para auxiliar o professor do ensino regular em sala de aula. Para tanto, é importante que eles compreendam o contexto sócio-histórico da exclusão e o da proposta de inclusão. Além disto, que possuam o domínio básico de conhecimentos que os auxiliem a se aproximarem das pessoas com deficiência, no sentido de integrarem com elas, obtendo assim subsídios para atuarem pedagogicamente.

A cultura da inclusão não só por requerer um novo saber para tratar dos aspectos que caracterizam as pessoas deficientes, não esteve contido na formação pedagógica dos professores que atuam na educação regular. Podendo, assim, lhes causar estranheza e intimidá-los, quando não, assusta-los quando do enfrentamento da diversidade em sala de aula, daí decorre um dos aspectos da importância de cursos de capacitação ao conjunto escolar para saber relacionar com o conjunto de alunos e na elaboração do projeto político pedagógico, na escolha dos conteúdos a serem trabalhados em sala de aula, que é de responsabilidade do conjunto educacional da escola.



É preciso, portanto, analisar as práticas docentes no ensino fundamental dos professores do ensino regular, que lidam diretamente com os alunos com deficiências, visando à construção de uma proposta de intervenção apropriada. Oferecendo, em programas de capacitação docente, aos profissionais que atuam diariamente com estes educandos, e não somente para os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que já possuem a formação inicial para o atendimento.

Por exemplo, para ficarmos num único exemplo, no caso especificamente dos alunos com surdez e/ou deficiência auditiva, a Língua Materna é a Língua Brasileira de Sinais (Libras), segunda língua oficial do Brasil, que possui estrutura gramatical própria e singularidades que refletem na aprendizagem em sala de aula. É extremamente necessário que os professores do ensino regular recebam informações para efetuarem as adaptações curriculares, bem como as avaliações. O mesmo decorre na área da Matemática.

Neste sentido a capacitação continuada será significativa e ajudará a provocar reflexões e conseqüentemente, mudanças na postura do professor quando conseguir formar um professor competente na sua profissão, a partir dos recursos de que ele dispõe; dotado de uma fundamentação teórica consistente; e consciente dos aspectos que influenciam a educação inclusiva, visto que a educação especial não se resume à sala de recursos multifuncionais, mas está presente em sala de aula, num contexto onde é primordial conhecer as características de cada educando, para de fato realizar o pressuposto da Educação para Todos.

Devido à importância do tema e de sua prática no espaço escolar, são atitudes que requerem conhecimento e compreensão. E, portanto, faz-se necessário a capacitação de professores, frente a esses desafios educacionais. O poder Executivo torna público este edital para contratação de Curso de Capacitação de Professores, com os seguintes objetivos:

3. DOS OBJETIVOS DO CURSO

O Curso de Capacitação de professores, especialistas educacionais e gestores escolares deve atender aos profissionais que atuam na educação no que se refere a sua imersão nas políticas públicas e nas estratégias educacionais de inclusão dos sujeitos do AEE:

- Aprofundar na compreensão sobre inclusão escolar e qualidade de ensino através de uma ação reflexiva;*
- Esclarecer os integrantes da equipe pedagógica o que é a educação especial no contexto da legislação e das políticas públicas;*
- Analisar as relações existentes entre escola, sistemas de ensino e políticas públicas;*



- *Discutir o Projeto Político Pedagógico e o Atendimento Educacional Especializado na perspectiva da Educação Inclusiva;*
- *Orientar a equipe docente sobre o conceito e conteúdos a serem trabalhados do AEE – Atendimento Educacional Especializado – articulando com o Projeto Político Pedagógico da escola;*
- *Preparar os educadores na relação educacional com os alunos sujeitos do AEE;*
- *Orientar a equipe pedagógica escolar na adequação do conteúdo educacional;*
- *Esclarecer sobre as mudanças que ocorrem nas práticas pedagógicas que atendem aos alunos sujeitos do AEE;*
- *Aperfeiçoar o conhecimento dos docentes de forma que sejam autores de seu próprio plano de trabalho, a partir da atualização de seus saberes e geração de novas práticas pedagógicas;*
- *Refletir sobre os alunos atendidos pela educação especial;*
- *Contribuir para o aperfeiçoamento da autonomia do professor na sua prática pedagógica no que se refere às deficiências: Intelectual, Física, Visual e Auditiva;*
- *Orientar as ações dos professores do AEE aos alunos que apresentam deficiência, aos pais desses alunos, assim como explicitar as ações do educador junto às salas de aula regulares nas quais se inserem os alunos,*
- *Esclarecer sobre a gestão da aprendizagem e seus processos nas respectivas deficiências;*
- *Aprender a manipular, criar, orientar o uso de objetos e jogos voltados aos alunos com deficiência;*
- *Avaliar as possibilidades e dificuldades de aprendizagem em interação com o meio escolar e familiar;*
- *Analisar e refletir sobre o desenvolvimento de ações específicas visando à evolução do aluno e à transformação das ações dos diferentes atores que interagem com o aluno com deficiência;*
- *Debater os serviços e recursos de acessibilidade com base na necessidade dos sujeitos em AEE de modo a potencializar a inclusão escolar;*
- *Analisar as considerações gerais sobre a cegueira, suas implicações relativas ao processo de construção do conhecimento e à formação de conceitos;*
- *Relacionar recursos tecnológicos;*
- *Propiciar aos pais, por meio de seus filhos, viver uma experiência inclusiva e de escolarização, sem ter de recorrer a atendimentos exteriores à escola para que eles sejam assistidos nas suas especificidades.*

4. DA METODOLOGIA DO CURSO



O Curso de Capacitação deverá ser presencial ter componentes teórico e prático que envolva os educadores na cultura da inclusão e os municiem de informações e práticas para o atendimento educacional de alunos deficientes.

O Curso de Capacitação deverá abordar os temas que se destinam a alunos que apresentam: deficiência física; deficiência auditiva, deficiência visual; deficiência intelectual e das Políticas públicas de inclusão no que tange ao objeto pedagógico e a proposta política pedagógica da escola.

Na Tecnologia Assistiva –TA- área que engloba produtos, serviços, recursos, metodologias e práticas que visam promover acessibilidade às pessoas com deficiência e utilizada no AEE e suas modalidades, tais como: Comunicação aumentativa e alternativa, recursos pedagógicos acessíveis, Sistema Braille, sistema de libras, produção de materiais ampliados e em alto relevo, apresentar aos educadores em capacitação jogo de massa de espuma que trabalhe a textura para deficientes auditivo e visual; livro com textura e som; livro com textura e escrita; jogo de percepção visual; material de alfabetização em braile; material para ensinar matemática aos deficientes visuais (sorobã e/ou ábaco), jogo de bingo em braile devem estar contidos no conteúdo prático do Curso ora especificado neste termo de referência.

4.1. DOS OBJETOS PEDAGÓGICOS DAS AULAS PRÁTICAS.

4.1.1 Na deficiência visual:

- *De alfabetização inicial e inclusão de uso por todos, nas atividades de sala e sala de recursos;*
- *Alfabeto em BRAILE;*
- *Dominó com o alfabeto usual e em BRAILE;*
- *Livro com sons de animais entre outros;*
- *Massinhas com diferentes texturas;*
- *Lupa;*
- *Reglete, Punção, e Prancha;*
- *Sequência numérica, ábaco, mas com marcação específica para a quantidade correspondente ao número;*
- *Números em Braile, pontos referentes às quantidades em relevo , assim como o formato dos números convencionais, usado também por crianças de baixa visão;*
- *Balança de montar e com miniaturas;*
- *Discos de frações.*

4.1.2 Na deficiência auditiva



- *Alfabeto em LIBRAS;*
- *Cartões de comunicação alternativa, que podem ser usados também pelos autistas;*

4.1.3 Na deficiência física

- *Dominó de percepção;*
- *Quebra cabeças de figura e palavras;*
- *Prancha e cartões de comunicação alternativa;*
- *Alfabeto móvel;*
- *Blocos lógicos.*

4.1.4 Na deficiência intelectual

- *Esquema corporal, quebra-cabeça diversos (letras, frases, figuras);*
- *Painel de rotinas em EVA;*
- *Alfabeto móvel;*
- *Dominó de sílabas, cores, quantidade, figuras geométricas;*
- *Alfabeto ilustrado;*
- *Números móveis, jogos com tabuadas, memória de numerais, quebra-cabeças sobrepostos (sequência lógica), material dourado.*

5. DOS CONTEÚDOS DOS MÓDULOS DO CURSO EM AEE.

Módulo I: POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO NOS MUNICÍPIOS.

- *Analisar e refletir sobre os alunos atendidos pela educação especial;*
- *Colaborar para a compreensão sobre inclusão escolar e qualidade de ensino através de uma ação reflexiva;*
- *Estabelecer momentos de reflexões coletivas entre os educadores de modo a proporcionar interação e atualização dos conhecimentos, principalmente para análise das mudanças que ocorrem na prática pedagógica, bem como atribuir direções esperadas a essas mudanças;*
- *Realizar análises com a equipe docente sobre diagnóstico da Educação Especial;*
- *Esclarecer todos os integrantes da equipe pedagógica o que é a educação especial no contexto da legislação atual vigente (Lei 13.146/15) e das políticas públicas;*
- *Analisar as relações existentes entre escola, sistemas de ensino e políticas públicas;*
- *Discutir o Projeto Político Pedagógico e o Atendimento Educacional Especializado na perspectiva da Educação Inclusiva;*



- Orientar a equipe docente sobre o conceito e conteúdos a serem trabalhados no AEE articulando com o Projeto Político Pedagógico da escola;

- Esclarecer as Diretrizes da Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Modulo II: DEFICIÊNCIA VISUAL.

- Analisar as considerações gerais sobre a cegueira, suas implicações relativas ao processo de construção do conhecimento e à formação de conceitos;

- Apresentar e analisar as diferentes alterações que engloba a deficiência visual;

- Salientar a atenção para os desafios, a complexidade e as manifestações mais comuns da baixa visão no cotidiano da escola;

- Apresentar e elaborar materiais pedagógicos para alunos com baixa visão;

- Relacionar recursos tecnológicos, ópticos e não ópticos, que proporcionam uma melhoria no uso funcional da visão e focar aspectos norteadores do AEE para alunos com cegueira ou baixa visão e os recursos pedagógicos e de acessibilidade que ampliam as possibilidades de participação em situações de aprendizagem;

- Propor exercícios práticos para atendimento de alunos com deficiência visual; uso do soroban ou ábaco; adaptação de livros didáticos e de literatura para pessoas cegas;

- Discutir sobre a importância do acolhimento e a participação da família no processo ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência visual;

Módulo III: DEFICIÊNCIA AUDITIVA.

- Refletir ações a educação escolar de alunos com surdez, rompendo com o embate entre os gestualistas e os oralistas, interpretar a luz do pensamento pós-moderno, a pessoa com surdez como ser humano descentrado em que os processos perceptivos, linguísticos e cognitivos podem ser estimulados e desenvolvidos;

- Relacionar as principais características de alunos que apresentam deficiência auditiva;

- Discutir sobre distúrbio no processamento auditivo central;

- Exercícios práticos para atendimento de alunos com surdez;

- Elaborar prancha temática (alfabeto e números) em libras;

- Analisar a importância do acolhimento e participação da família no processo ensino-aprendizagem dos alunos com aluno com deficiência auditiva.

Módulo IV: DEFICIÊNCIA FÍSICA.



- Subsidiar gestores e professores das redes de ensino no que se refere AEE do aluno com deficiência física, abordando três situações reais do cotidiano escolar que nos possibilitam identificar, estudar e avaliar os serviços e recursos de acessibilidade com base na necessidade de cada aluno, de modo a potencializar a inclusão escolar;

- Analisar e refletir sobre a tecnologia assistiva;

- Propor adaptações de materiais pedagógicos para aluno com deficiência física;

- Discutir e refletir sobre paralisia cerebral;

- Orientar e apresentar sobre a utilização da comunicação aumentativa e alternativa;

- Discutir sobre a importância do acolhimento e participação da família no processo ensino-aprendizagem dos alunos com aluno com deficiência física;

Módulo V: DEFICIÊNCIA INTELECTUAL.

- Orientar as ações dos professores do AEE aos alunos que apresentam deficiência intelectual, aos pais desses alunos, assim como explicitar as ações do educador junto às salas de aula regulares nas quais se inserem os alunos;

- Esclarecer sobre a gestão da aprendizagem e seus processos na deficiência intelectual;

- Analisar e refletir sobre dificuldades e distúrbios de aprendizagem;

- Abordar e analisar as principais síndromes que causam deficiência intelectual: X-frágil e Síndrome de Down;

- Contextualizar e discutir com integrantes da equipe pedagógica sobre o autismo e suas variações e a abordagem da Lei 12.764/12 (Berenice Piana);

- Subsidiar os professores a reconhecerem o perfil de alunos que demonstram altas habilidades, transtornos de déficit de atenção e hiperatividade, e como lidar com os desafios;

- Promover e fortalecer a reflexão dos principais desafios da educação inclusiva;

- Discussão sobre a importância do acolhimento e participação da família no processo ensino-aprendizagem dos alunos com aluno com deficiência intelectual.

6. DO CORPO DOCENTE DE FORMADORES

Os profissionais formadores devem ser graduados, com certificação acadêmica qualificada de no mínimo especialização, comprovar práxis na área educacional da inclusão de deficientes, e/ou no atendimento de pessoas com deficiência.

7. DA COORDENAÇÃO DO CURSO



Profissional da área da Educação, com prática educacional, com qualificação acadêmica que terá as seguintes atribuições:

- *Responder pela dinâmica do curso;*
- *Acompanhar os profissionais formadores, atendendo as suas demandas pedagógicas e didáticas,*
- *Supervisionar a distribuição do material pedagógico de acompanhamento das aulas;*
- *Aferir a disponibilidade dos objetos e brinquedo pedagógicos a serem utilizados no curso;*
- *Conferir a assiduidade dos professores no curso, por meio de lista de presença a ser assinada na entrada e na saída de cada módulo;*
- *Acompanhar a entrega dos alimentos a serem consumidos em cada módulo;*
- *Cumprir a proposta de grade de horário das aulas apresentadas pela empresa e aprovada pela Secretaria de Educação;*
- *Chancelar a presença do professor formador em sala de aula;*
- *Responder pela entrega dos certificados dos professores participantes na Secretaria de Educação;*
- *Responder por possíveis pendências que comprometa a qualidade na oferta do Curso.*

8. DA CARGA HORÁRIA

Curso presencial com carga horária total de 80 horas, sendo 40 encontros de horas.

9. DO QUANTITATIVO DE EDUCADORES POR SALA.

Aluno/professores por sala: até 50.

10. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

Até 180 dias, a contar da assinatura do contrato.

11. DAS EXIGÊNCIAS A EMPRESA VENCEDORA

- *Fornecer certificado de participação, impresso em papel couchê, contendo a carga horária e o conteúdo programático no verso;*
- *Fornecer certificação de seus profissionais contratados para ministrar o curso, que devem possuir formação universitária e titulação mínima de especialização, em área a fim de sua formação universitária.*



- *Fornecer comprovação técnica atestando qualificação na área emitida por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove experiência de no mínimo de dois anos, contendo a razão social, CNPJ, nome completo do responsável, RG, e função de quem o emitiu.*
- *As aulas práticas devem constar de jogos e brinquedos que atendam ao braile, a libras, a alfabetização, a percepção sensorial auditiva e a compreensão matemática;*
- *Os materiais pedagógicos devem atender a textura e a sonoridade como instrumentos pedagógicos a serem explorados nos módulos ministrados;*
- *O material pedagógico impresso deve estar em consonância com a proposta dos conteúdos expressos nos módulos;*
- *O material impresso deverá estar separado por conteúdo, contemplar os conteúdos propostos nos módulos;*
- *A empresa deverá apresentar uma sugestão de seu planejamento pedagógico/grade de horária das aulas, contendo os temas e os profissionais responsáveis por ministrar os respectivos conteúdos para análise e aprovação da Secretaria Municipal de Educação;*
- *Deverá estar especificado na grade de horário, o Módulo, horário das aulas, a carga horária, local da palestra, o palestrante responsável e a sua qualificação;*
- *A empresa vencedora deverá fornecer lanche por professor em cada módulo ministrado, com as seguintes características mínimas: bolinho 40grs, um bombom, 20grs, um suco de caixinha, 200 ml, um pacote de biscoito contendo três bolachas, 26grs;*
- *Todos os itens especificados devem estar contidos em embalagens adequadas.*

12. CRITÉRIO DA ANÁLISE DAS AMOSTRAS

- *Do material pedagógico impresso: em papel OFFSET, em brochura, com capa colorida, em consonância com o conteúdo do módulo, sendo 1 livro referente ao Atendimento Educacional Especializado nas políticas públicas de Maria Tereza Eglér Mantoan e Maria Terezinha Teixeira dos Santos;*
- *1 livro de Atendimento Educacional Especializado do aluno com deficiência visual, papel offset, em brochura, com capa colorida em consonância com o conteúdo do módulo, de autoria de Elizabet Dias de Sá, Myriam Beatriz Campolina Silva e Valdirene Stiegler Simão;*
- *1 livro de Atendimento Educacional Especializado do aluno com deficiência física, papel offset, em brochura, com capa colorida em consonância com o conteúdo do módulo, de autoria de Rita Bersch e Rosângela Machado;*



- *1 livro de Atendimento Educacional Especializado do aluno com deficiência auditiva, papel offset, em brochura, com capa colorida em consonância com o conteúdo do módulo, de autoria de Mirlene Ferreira Macedo Damazio e Carla Barbosa Alves;*
 - *1 livro de Atendimento Educacional Especializado do aluno com deficiência intelectual, papel offset, em brochura, com capa colorida em consonância com o conteúdo do módulo, de autoria de Rita Vieira de Figueiredo e Jean-Robert Poulin, Adriana Limaverde Gomes;*
 - *Os conteúdos devem estar em separados por título e autor e conter as respectivas referências bibliográficas;*
 - *Dos objetos pedagógicos do núcleo prático; o jogo de massa de espuma deve trabalhar a textura atendendo aos deficientes auditivo e visual;*
 - *Livros com textura e som;*
 - *Livros com textura e escrita;*
 - *Jogos de percepção visual;*
 - *Material de alfabetização e braile;*
 - *Jogos de bingo em braile;*
 - *Técnica em ábaco ou sorobã para deficientes visuais na matemática;*
 - ***Da análise da metodologia do Curso: Os conteúdos devem capacitar os professores a compreender o processo de aprendizagem da pessoa com deficiência; assegurar a identificação e atenção às necessidades educacionais dos alunos na área das deficiências, por meio do entendimento da adaptação curricular; propiciar aos professores especializados ou não, a investigação das potencialidades dos educandos; atender as soluções práticas de sala de aula e a fundamentação para a flexibilização curricular, ter aula prática; conteúdos com estratégia, jogos e materiais que contribuem para com a aprendizagem.***
- *As amostras deverão ser entregues pelo Licitante vencedor até 48 horas após a Sessão.*

13. DO ESPAÇO FÍSICO E DA INFRAESTRUTURA PARA AS AULAS.

Ficará a cargo de o contratante disponibilizar o espaço físico e infraestrutura necessários à realização das aulas, o número de salas de aulas deverá corresponder ao quantitativo de turmas formadas pela contratante para a realização do Curso de Formação; a sala para as aulas deve comportar, por turma constituída, não menos do que 30 alunos, com equipamento para projeção de conteúdos; lousa para exposição de conteúdos, quando necessário; notebook e/ou computador; disponibilizar em lista impressa a relação dos professores em formação; separados por turmas constituídas; constando as respectivas áreas de conhecimento; a lista deverá estar impressa em papel timbrado, com o cabeçalho



correspondente aos módulos ministrado naquele dia. O espaço físico deverá conter infraestrutura para atender as pessoas em formação educacional.

14. DO CORPO DOCENTE

Do total de profissionais a realizar a capacitação, estão subdivididos da seguinte forma:

<i>Professores da educação Infantil</i>	-	<i>36</i>
<i>Professores do Ensino Fundamental I</i>	-	<i>66</i>
<i>Professores do Ensino Fundamental II</i>	-	<i>62</i>
<i>Gestores, Diretores, Vices, Assessores</i>		
<i>Pedagógicos, Especialistas em AEE</i>	-	<i><u>38</u></i>
TOTAL		202



PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIM

ANEXO II

PROCESSO Nº 023/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2018

TERMO DE APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

Dados da Empresa:

Razão Social: _____

Nome Fantasia: _____

CNPJ Nº: _____ I. E: _____

Endereço: (Rua, Avenida, etc...) _____

Nº: _____, (Complemento): _____

Bairro: _____, Cidade: _____

Estado: _____, CEP: _____ - _____

Telefones: _____

E-mail: _____

Dados Bancários:

Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

Dados do Representante Legal que assinará o Contrato.

Nome: _____

Qualificação: (cargo/função exercida na empresa) _____

Estado Civil: _____ Nacionalidade: _____

CPF Nº: _____ R.G: _____

Endereço: (Rua, Avenida, etc...) _____

Nº: _____, (Complemento): _____

Bairro: _____, Cidade: _____

Estado: _____, CEP: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIM

ANEXO III

Modelo de Planilha Proposta de Preços

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2018 TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2018 – EDITAL Nº 035/2018

Fornecedor:		C.N.P.J.:	
Endereço:		Bairro:	
Município:	Estado:	Fone:	

SENHOR FORNECEDOR:

Solicitamos de Vossa Senhoria, apresentação, dentro do prazo estipulado nesta TOMADA DE PREÇOS, os preços e demais condições, para a prestação dos serviços conforme especificações abaixo e conforme Edital.

ITEM	DESCRICAÇÃO DOS PRODUTOS	QTDE	UNID	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	Contratação de empresa para implantação do programa de capacitação de docentes da rede Educacional do Município para atuarem com alunos com deficiência.	06	MESES		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA:

Valor total por extenso:

Prazo de Validade da proposta: _____

Condição de Pagamento: _____

Prazo de Entrega: _____

Data de _____ de 2018

Carimbo e assinatura do proponente

Prazo de validade da proposta (no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de abertura dos envelopes).

Declaro de que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado.



ANEXO IV

Modelo de declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada à _____, por intermédio de seu representante legal, infra assinado, declara, sob as penas da lei, que até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório **Tomada de Preços nº 004/2018**, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, _____ de _____ de 2018

Nome e Assinatura do Representante
RG Nº



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

Eu _____(nome completo), representante legal da empresa _____(denominação da pessoa jurídica), interessada em participar da **Tomada de Preços nº 004/2018**, da Prefeitura Municipal de Potim, declaro, sob as penas da lei, que a _____(denominação da pessoa jurídica) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

_____, _____ de _____ de 2018

Data e assinatura do representante legal



ANEXO VI

Modelo de declaração de microempresa, de empresa de pequeno porte

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____(denominação da pessoa jurídica)_____, CNPJ nº _____é _____ (**microempresa ou empresa de pequeno porte**), nos termos do enquadramento previsto na **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório da Tomada de Preços nº **004/2018**, realizado pela Prefeitura Municipal de Potim.

_____, _____ de _____ de 2018

Assinatura do representante legal



ANEXO VII

Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta

A empresa _____(denominação da pessoa jurídica)_____, CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, infra assinado, visando sua participação na Tomada de Preços nº **004/2018**, realizado pela Prefeitura Municipal de Potim, DECLARA, sob as penas da Lei, , em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame licitatório em tela, por qualquer meio ou por qualquer outra pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame licitatório em tela, por qualquer meio ou por qualquer outra pessoa;
- c) Não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame licitatório em epígrafe quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) O conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do certame licitatório em referência antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) O conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Município antes da abertura oficial das propostas; e
- f) Está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que seu representante detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, _____ de _____ de 2018

Assinatura do representante legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIM

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviço por prazo determinado, de um lado, **PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIM**, Estado de São Paulo, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 65.042.855/0001-20, com sede na Praça Miguel Correa dos Ouros, nº. 101, na cidade de Potim, devidamente representado por sua Prefeita Municipal, Érica Soler Santos de Oliveira, portadora da cédula de identidade RG _____ e inscrito no CPF/MF sob nº. _____, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade, na _____, nº. _____, denominada simplesmente "CONTRATANTE", e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, nº. _____, _____, representada na forma de seu contrato social pelo Sr(a.) _____, RG nº _____ e CPF nº _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, na presença das testemunhas, resolvem firmar, nesta data, que se regerá pela Lei Federal das Licitações nº 8.666/93 e demais alterações posteriores, e pelas seguintes cláusulas e condições que mutuamente aceitam e outorgam:

O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do contrato ou instrumento equivalente, independente de transcrição, conforme o disposto no inciso XI, do art. 55, da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 OBJETO:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE DOCENTES DA REDE EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO PARA ATUAREM COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, CONFORME TERMO DE REFERENCIA E DEMAIS ANEXOS CONSTANTES DO EDITAL.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1 O presente contrato vigorará por **06 (seis) meses**, contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR DO CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 O valor do presente Contrato é de R\$ _____ (_____).

3.1.1 O valor estabelecido nesta Cláusula poderá sofrer alterações, em virtude de acréscimo ou supressão de serviços, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 21.06.93.

3.1.2 Os pagamentos serão divididos em **06 (seis) parcelas iguais e mensais**, no qual deverão ser executados de acordo com a implantação do programa de capacitação, mediante as condições estabelecidas na Cláusula 24 do Edital da Tomada de Preços nº 004/2018.

CLÁUSULA QUARTA - ORIGEM DOS RECURSOS

4.1 Os recursos para fornecimento do material objeto deste Edital correrão à conta dos recursos provenientes de recursos próprios, na seguinte dotação orçamentária:

Reserva nº 34/2018

02.04.00 – Diretoria de Educação;

02.04.01 – Setor de Ensino Fundamental

12.361.0010.2012 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental;

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Ficha 95;

Fonte de Recurso: 05 – Transferências e Convênios Federais – Vinculados.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE EXECUÇÃO



5.1 O início da prestação de serviços ora contratada será no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a partir do dia seguinte ao de emissão da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES

6.1 Pelo descumprimento total ou parcial da obrigação assumida, sujeita-se a Contratada às seguintes penalidades previstas nos artigos 81, 86 e 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações, a critério da Administração:

a) advertência;

b) multa administrativa, graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, cumulável com as demais sanções;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até, que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

6.2. O fornecimento do material necessários à execução do projeto que não estejam rigorosamente de acordo com as especificações contidas neste edital, no projeto apresentado e na proposta, caracterizam a inexecução da obrigação assumida, sujeitando o infrator, caso não corrija a irregularidade no prazo de 5 (cinco) dias úteis, às penalidades arroladas no instrumento convocatório.

6.3. O atraso injustificado no cumprimento dos prazos de execução poderá implicar, à critério da administração pública, na rescisão unilateral do contrato, sujeitando o contratado à multa prevista no art. 86 da Lei 8.666/93, correspondente a 1% (um por cento), por dia de atraso, até o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação em atraso, sem prejuízo das sanções previstas nas letras "a", "c" e "d" da cláusula sexta do contrato.

6.4. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados e fundamentados por escrito, em no máximo 2 (dois) dias úteis da sua verificação, ficando sua aceitação a critério da Prefeitura.

6.5. As multas previstas no Edital poderão ser aplicadas cumulativamente às penalidades de suspensão e declaração de inidoneidade.

6.6. Sempre que não houver prejuízos concretos para a Prefeitura, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a critério exclusivo da Administração.

6.7. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.

6.8. Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Potim e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal de Licitações nº 8.666/93 e demais alterações posteriores.

6.9. Nos termos do disposto no § 2º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que descumprirem o disposto nos art. 42 e 43 da referida lei poderão sofrer as sanções previstas no art. 81 da Lei Federal de Licitações.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 São obrigações da CONTRATADA, sem que a elas se limite a sua responsabilidade:

7.1.1 Comparecer, sempre que solicitada, à Sede da Fiscalização, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências, sujeitando-se a CONTRATADA, no caso de não atendimento desta exigência, à multa estipulada na Cláusula Sexta.

7.1.2 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, dentro do prazo estipulado pela Fiscalização, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatados pela Fiscalização nos materiais fornecidos.

7.1.3 Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do Contrato;

7.1.4 Comunicar à Fiscalização, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da Ordem de Início dos Serviços, o preposto que, uma vez aceito pelo CONTRATANTE, a representará na execução do Contrato;

7.1.4.1 O preposto não poderá ser substituído sem prévia anuência do CONTRATANTE;

7.1.5 Manter durante a execução do contrato todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA OITAVA - FORÇA MAIOR



8.1 Entende-se por motivo de Força Maior: greve, "lock-out" ou outras perturbações industriais, atos de inimigo público, guerras, bloqueios, insurreições, levantes, epidemias, avalanches, terremotos, tempestades, raios, enchentes, perturbações civis, explosões, ou quaisquer outros acontecimentos semelhantes aos acima relacionados, ou de força equivalente, que fujam ao controle razoável de qualquer parte interessada que, mesmo agindo diligentemente, não consiga impedir sua ocorrência.

8.2 O termo "Força Maior" também deve incluir qualquer atraso causado por legislação ou regulamentação, por ação ou omissão do CONTRATANTE que venha ocasionar atrasos à CONTRATADA. Nenhuma parte será responsável para com a outra pelos atrasos ocasionados por motivos de Força Maior.

8.3 O termo "Força Maior" não inclui greves na própria firma CONTRATADA.

8.4 Se a CONTRATADA ficar temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, por motivos de Força Maior, de cumprir os deveres e responsabilidades relativos ao seu trabalho, deverá comunicar imediatamente a existência desses motivos de Força Maior ao CONTRATANTE. Enquanto perdurarem os motivos de Força Maior, cessarão seus deveres e responsabilidades relativos ao fornecimento.

8.5 O termo especificado pelo Contrato para execução dos serviços poderá ser estendido pelo período que seja necessário para compensar o tempo de interrupção causado pelo motivo de Força Maior.

8.5.1 Qualquer dúvida com respeito a esta extensão de prazo será devidamente acertada por concordância mútua, entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, visando encontrar a melhor solução para ambas as partes.

8.6 O comunicado sobre Força Maior será julgado ao recebimento deste, referente à aceitação do fato como Força Maior ou não, mas o CONTRATANTE poderá contestar em fase ulterior a veracidade da ocorrência real.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 O não cumprimento total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além da aplicação das sanções previstas neste Edital e no contrato, na forma do art. 78 da Lei 8.666/93.

9.1.2 - Conforme o artigo 79 da Lei 8.666/93, o instrumento contratual poderá ser rescindido:

- a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78, da Lei Federal de Licitações;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

9.1.2.1 A rescisão Administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.1.2.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

10.1 O recebimento provisório será promovido pelo CONTRATANTE, através de uma Comissão de 03 (três) membros devidamente habilitados, a qual verificará e atestará o cumprimento de todas as exigências contratuais, emitindo parecer conclusivo dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados do fornecimento total do material.

10.2 O recebimento definitivo será feito após o decurso do prazo de 90 (noventa) dias, contados da emissão da aceitação provisória, pela mesma Comissão ou por outra especialmente designada para este fim. Durante esse período, a CONTRATADA terá sob sua responsabilidade o material fornecido para verificação. Qualquer falha construtiva ou deverá ser prontamente reparada pela CONTRATADA, estando esta sujeita, ainda, às sanções indicadas na Cláusula Sexta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO GESTOR DO CONTRATO

10.1. - Fica designado o servidor _____ do Setor _____ para acompanhar, fiscalizar e controlar a execução do contrato, para os fins do disposto no artigo 67 da Lei 8.666/93, responsabilizando-se pelo recebimento e conferência dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO



PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIM

12.1 Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste Contrato, fica eleito o foro da Comarca de APARECIDA/SP.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual teor para um único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presente, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Local e Data.

PELO CONTRATANTE: _____

PELA CONTRATADA: _____

TESTEMUNHAS: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIM

CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

CADASTRO DO RESPONSÁVEL

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIM

CONTRATADO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATO Nº: XXX/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE DOCENTES DA REDE EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO PARA ATUAREM COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA.

NOME	Erica Soler Santos de Oliveira
CARGO	Prefeita Municipal
RG Nº	28.111.140-6
ENDEREÇO (*)	Praça Miguel Corrêa dos Ouros, nº 101, Potim/SP
TELEFONE	(12) 3112.9200
E-MAIL	gabinete@potim.sp.gov.br

RESPONSÁVEL PELO ATENDIMENTO A REQUISIÇÕES DE DOCUMENTOS DO TCESP

NOME	XXXXXXXXXXXX
CARGO	XXXXXXXXXXXX
ENDEREÇO COMERCIAL DO ÓRGÃO/SETOR	XXXXXXXXXXXX
TELEFONE E FAX	XXXXXXXXXXXX
E-MAIL	XXXXXXXXXXXX

Potim, XX de XXXXXXX de 2018.

RESPONSÁVEL: _____

OBS.: DOCUMENTO INFORMATIVO PARA ELABORAÇÃO JUNTAMENTE COM A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS / CONTRATO



PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIM

CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIM

CONTRATADO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATO Nº: XXX/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE DOCENTES DA REDE EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO PARA ATUAREM COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA.

ADVOGADO(S):

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Potim, XX de XXXXXXXX de 2018.

ERICA SOLER SANTOS DE OLIVEIRA
PREFEITA MUNICIPAL
CONTRATANTE

EMPRESA
RESPONSÁVEL
CONTRATADA

OBS.: DOCUMENTO INFORMATIVO PARA ELABORAÇÃO JUNTAMENTE COM A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS / CONTRATO